

A dívida do governo: Cr\$ 1 quatrilhão.

**A dívida externa pública ajustada
(Setor público não financeiro)**

Discriminação	US\$ milhões				
	1981	1982	1983	1984	1985
Dívida registrada	40 575	45 302	58 975	70 569	72 018
Governo Federal	5 454	5 510	9 015	13 468	13 611
Estados e municípios	2 680	3 058	3 213	3 787	3 961
Autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista	32 441	36 934	46 747	53 314	54 446
Dívida não registrada (2)	5 394	4 475	3 869	3 473	3 000
Depósitos registrados em moeda estrangeira do setor privado	3 632	3 917	6 295	5 344	4 545
Total	49 601	53 894	69 139	79 386	79 563
Reservas internacionais (3) (-)	7 507	3 994	4 563	11 995	12 695
Dívida externa pública líquida	42 094	49 900	64 576	67 391	66 868
Res. 63 do setor público (-)	4 151	4 494	4 139	3 465	3 385
Outras respos. do setor públ. financeiro (-) (4)	2 624	2 769	2 528	2 594	2 520
Dívida externa públ. líq. ajustada	35 319	42 637	57 909	61 332	60 963

Notas:
(1) Distribuição por contratante. Exclui a dívida indireta do setor público (aval concedido à dívida do setor privado).
(2) Linhas de crédito comercial.
(3) Conceito de liquidez internacional.
(4) BNDES (inclusive Res. 64), Finame e Finep.

**A dívida
líquida do setor público**

Discriminação	Cr\$ bilhões correntes					
	Dezembro/84			Dezembro/85 (Preliminar)		
	Saldo	Vari- ação	% PIB	Saldo	Vari- ação	% PIB
Total Geral (A-4-8)	316 682	256,8	81,8	1 095 822	246,0	80,9
A. Dívida interna (I a VIII)	122 382	281,8	31,6	459 368	275,4	33,9
I. Governo central	61 922	307,7	16,0	264 096	326,5	19,5
1. Dívida mobiliária junto ao público	58 985	312,9	15,2	251 539	326,4	18,6
2. Sistema financeiro (1)	2 937	225,2	0,8	12 557	327,5	0,9
II. Governos estaduais e municipais	26 956	320,1	7,0	96 964	259,7	7,2
1. Dívida mobiliária	8 507	218,0	2,2	33 474	293,5	2,5
2. Carteira do gov. estadual e empresas	- 1 713	579,8	-0,4	-11 154	551,1	-0,8
3. Sistema financeiro (1)	20 165	236,1	5,2	74 644	270,2	5,5
III. Empresas estatais	41 496	204,8	10,7	130 830	215,3	9,7
1. Sistema financeiro (1)	51 146	209,0	10,6	135 294	228,8	10,0
2. Empreiteiras e fornecedores	2 655	166,6	0,7	4 992	88,0	0,4
3. Carteira das empresas públicas	-2 305	231,2	-0,6	-9 456	310,2	-0,7
IV. Agências descentralizadas	3 359	229,6	0,9	9 832	192,7	0
1. Sistema financeiro (1)	3 359	229,6	0,9	9 832	192,7	0,7
V. Previdência Social	-1 306	283,0	-0,3	-6 375	388,1	-0,5
1. Sistema financeiro (1)	-938	215,8	-0,2	270	-	0,0
2. Carteira de títulos federais	-368	736,4	-0,1	-6 645	1705,7	-0,5
VI. Fundos e programas	-3 951	162,7	-1,0	-13 140	223,6	-1,0
1. Sistema financeiro (1)	-3 951	162,7	-1,0	-13 140	223,6	-1,0
VII. Obrigações das autoridades monetárias	16 612	262,0	4,2	63 012	279,3	4,7
1. Base monetária ajustada (2)	13 993	242,8	3,6	49 593	254,4	3,7
2. Depósitos a prazo no BB	1 711	237,5	0,4	12 166	611,0	0,9
3. Depósitos rest. (Res. 923/991)	908	-	0,2	1 253	38,0	0,1
VIII. haveres das aut. monetárias	-22 706	154,2	-5,9	-85 851	278,1	-6,3
1. Empréstimos do Banco do Brasil ao setor privado	-15 637	132,4	-4,0	-62 530	299,9	-4,6
2. Estoques produtos agropecuários	-1 619	263,8	-0,5	-9 615	493,9	-0,7
- trigo (3)	-1 194	310,3	-0,4	-4 440	271,9	-0,3
- outras (4)	-425	176,0	-0,1	-5 175	1117,6	-0,4
3. Créditos a instit. fin.	-5 450	210,2	-1,4	-13 706	51,5	-1,0
B. Dívida externa líquida ajustada (5)	194 300	342,7	50,2	636 454	227,6	47,0
Fluxo acumulado (dívida total)	227 933			779 140		
Fluxo acumulado/PIB(%) (6)	58,9			57,5		

1) Exceto autoridades monetárias.
2) Líquido dos depósitos à vista do setor público (governos e sociedades de economia mista).
3) Inclui linhas de crédito comercial e depósitos registrados em moeda estrangeira do setor privado; exclui reservas internacionais e dívida do setor financeiro público.
4) Existência real valorizada pelo preço de venda de final do período respectivo.
5) AGF e estoques reguladores (carne, produtos lácteos, arroz) — saldos contábeis.
6) Inclui linhas de crédito comercial e depósitos registrados em moeda estrangeira do setor privado; exclui reservas internacionais e dívida do setor público financeiro.
7) Valores do PIB em Cr\$ bilhões: 1981 — 25.632; 1982 — 50.815; 1983 — 120.268; 1984 — 386.967; 1985 — 1.354.129.

Esse valor equivale à soma das dívidas, interna e externa, dos governos federal, estaduais e das prefeituras. Em 85, essa dívida cresceu Cr\$ 779 trilhões, ou 3,7% acima da inflação. O governo federal é responsável pela maior parte da dívida interna (Cr\$ 264 trilhões) e às estatais cabe a maior parte da dívida externa.



A dívida líquida do setor público subiu Cr\$ 779,1 trilhões em 1985, apresentando um crescimento de 3,7% acima da inflação. A dívida líquida total do Estado brasileiro alcança hoje Cr\$ 1 quatrilhão, sendo Cr\$ 459,3 trilhões de dívida interna e Cr\$ 639,4 trilhões — ou US\$ 60,9 bilhões — de dívida externa.

Esses números foram fornecidos ontem pelo Ministério da Fazenda, anexados a um bloco de 21 páginas de resumo das medidas de aperfeiçoamento da administração financeira federal, que estarão sendo implantadas este ano, para tornar possível um controle efetivo das contas públicas.

Da dívida interna de Cr\$ 459,3 trilhões, que apresentou crescimento real de 12,5% (acima da inflação), o governo central é responsável por Cr\$ 264 trilhões. Essa dívida cresceu 56%, sendo basicamente dívida mobiliária junto ao público (colocação líquida de títulos).

Os governos estaduais e municipais têm agora uma dívida interna de Cr\$ 96,9 trilhões, tendo crescido 7,8% em termos reais. A dívida junto ao sistema financeiro cresceu Cr\$ 74,8 trilhões, apesar de todos os esforços do governo para manter sob controle os gastos das administrações estaduais e municipais, que são quem mais pressionam o déficit público.

Em 1985, a dívida líquida das empresas estatais diminuiu 5,5% em termos reais. Passou de Cr\$ 41,4 trilhões para Cr\$ 130,8 trilhões. Junto ao sistema financeiro nacional (excluindo os bancos oficiais), as estatais devem Cr\$ 135 trilhões. E junto a empreiteiras e fornecedoras, mais Cr\$ 4,9 trilhões. Porém, como têm uma carteira de títulos no valor de Cr\$ 9,4 trilhões, sua dívida líquida fica nos Cr\$ 130 trilhões.

A Previdência Social apresenta um bom comportamento financeiro. Sua dívida junto ao setor financeiro nacional é de apenas Cr\$ 270 bilhões, e ainda detém uma carteira de títulos no total de Cr\$ 6,6 trilhões. A dívida interna é ainda distribuída entre fundos e programas, agências descentralizadas, obrigações e haveres das autoridades monetárias — Banco do Brasil e Banco Central.

Dívida externa

A dívida externa líquida total do setor público não-financeiro alcançou US\$ 79,5 bilhões em dezembro do ano passado, de acordo com dados preliminares do Banco Central. Significa dizer que houve um crescimento de apenas US\$ 177 milhões. Em termos econômicos, o governo acha que o importante é a dívida externa líquida do setor público, cujo total é de US\$ 60,9 bilhões ou Cr\$ 636,4 trilhões.

A dívida externa registrada do setor público pulou de US\$ 70,5 bilhões em dezembro de 1984 para US\$ 72 bilhões em dezembro de 1985. O governo federal é responsável por uma dívida de US\$ 13,6 bilhões, e os governos estaduais e municipais por um débito de US\$ 3,9 bilhões. As autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista acumulam maior parcela da dívida externa, num total de US\$ 54,4 bilhões.

A dívida externa não registrada do setor público, basicamente referente a linhas de crédito comercial, declinou de US\$ 3,4 bilhões em 1984 para US\$ 3 bilhões ano passado. Os depósitos registrados em moeda estrangeira do setor privado, no Banco do Brasil, por sua vez, representam hoje uma dívida de US\$ 4,5 bilhões.

Para contabilizar uma dívida externa líquida de US\$ 60,9 bilhões, o Ministério da Fazenda contabilizou a favor do País reservas internacionais de US\$ 12,6 bilhões e mais US\$ 5,5 bilhões de empréstimos financiados pelo setor público financeiro, como o BNDES. A dívida externa líquida, ainda de acordo com a versão do Ministério da Fazenda, declinou US\$ 322 milhões no ano passado.

Caixão

A criação do "caixão" único do governo dará maior segurança nas decisões que envolvem o Tesouro Nacional, principalmente com relação ao fluxo de caixa, o endividamento público e a assistência a programas prioritários. É o que garante o Ministério da Fazenda, ao explicar o conjunto de medidas de aperfeiçoamento da administração financeira federal. Desde janeiro, segundo a Fazenda, o governo tem conseguido fazer programação diária de receita e despesa, com acompanhamento permanente do comportamento da contas do Tesouro Nacional. Outro aperfeiçoamento importante, destacado pelo ministério é o desenvolvimento e implantação do sistema integrado de administração financeira do governo federal — Sifaf — que permitirá os seguintes objetivos: movimentação de recursos orçamentários sem emissão de dinheiro, controle automático de limites de órgãos setoriais e aumento da eficácia de auditoria interna. Em setembro do ano passado, por causa de falhas no controle da administração financeira, e com a existência de 3.700 contas correntes bancárias, o governo perdia Cr\$ 1,3 trilhão mensais por causa da liberação, sem imediata utilização, de recursos orçamentários.

Além disso, o Ministério da Fazenda salienta a transferência de controles financeiros para a Secretaria do Tesouro Nacional, ainda não criada oficialmente. A Secretaria terá a responsabilidade pelo exame das condições financeiras das operações governamentais, pela situação cadastral dos solicitantes de avais do Tesouro e avaliação das contra-garantias ofertadas.

Não pagar

O líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena, disse ontem em Brasília que o pagamento da dívida externa da maneira como vem sendo feita está dificultando a consolidação da recuperação econômica do País e a possibilidade da suspensão temporária do pagamento dos juros desta dívida não é uma hipótese fora de cogitação. Lucena ponderou que essa massa de recursos bem manuseada e jogada no setor de abastecimento teria retorno rápido e eficaz na redução substancial dos índices de inflação e criação de estrutura capaz de consolidar uma política eficaz naquele setor.